



BARRAGEM ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (ACAUÃ): PERENIZAÇÃO DO BAIXO PARAÍBA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Joab das Neves Correia; Getúlio Pamplona de Sousa; Gutenberg Dantas da Silva; Anselmo Ronsard Cavalcanti; Orientador: Prof^a. Dr^a Ângela Maria Cavalcanti Ramalho

Universidade Estadual da Paraíba, joabcorreia@yahoo.com.br; Universidade Estadual da Paraíba, getuliopamplona@hotmail.com; Universidade Estadual da Paraíba, gutenberg_ds@yahoo.com.br; Universidade Estadual da Paraíba, anselmoronsard@yahoo.com; angelamcramalho@gmail.com

RESUMO

A barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã) localiza-se entre os municípios de Itatuba e Natuba, na Mesorregião do Agreste paraibano. Represa as águas do Rio Paraíba no exutório do seu médio curso. Com capacidade máxima de acúmulo de 253 milhões de metros cúbicos de água, é a quarta barragem em quantidade de água acumulada do estado da Paraíba. Teve sua construção concluída no ano de 2001, e transbordou pela primeira vez em 2004, tornando o Rio Paraíba perene em seu baixo curso, através de sua válvula de dispersão permanentemente aberta. Consequentemente, a grandeza da construção da Barragem de Acauã faz repercutir sobre a região em todos os seus aspectos, levando em conta a otimização do abastecimento de água das cidades, vilas, distritos e povoados localizados à sua jusante, além do uso da água em atividades econômicas realizadas pela população ribeirinha desta região, possibilitando a sustentabilidade econômica através da pesca realizada diretamente no açude e no leito do rio perene. Considerando o abastecimento de água dos municípios localizados no baixo Paraíba, como também a efetivação de diversas atividades econômicas realizadas diretamente ao uso da água oriunda da barragem, o presente artigo traz a seguinte problemática: a perenização do baixo Paraíba efetivada com o transbordamento da barragem de Acauã tem desenvolvido economicamente a população ribeirinha e os municípios localizados à sua jusante? O objetivo dessa pesquisa é analisar o desenvolvimento econômico no baixo Paraíba através do uso contínuo da água perene oriundo da barragem de Acauã.

INTRODUÇÃO

O Semiárido brasileiro é uma região definida pela Lei 7827, de 27 de Setembro de 1989 e delimitada pelo Ministério da Integração Nacional. Abrange oito estados da região Nordeste, com exceção do Maranhão, além do Norte de Minas. Com precipitação média anual inferior a 800 mm, apresenta rios e riachos intermitentes, de modo que o fluxo de água desaparece durante seu período de estiagem. (INSA, 2011 *apud* SALES JÚNIOR, 2015).

O fato de o semiárido abranger aproximadamente 57% da área total do Nordeste – sendo a maior parte do Agreste e Sertão – e quase 40% de sua população, essa região tem convivido historicamente com o fenômeno da seca (SUASSUNA, 2005 *apud* GUIMARÃES, 2016). Sob a

ótica do desenvolvimento regional, o Semiárido nordestino constitui-se em uma das sub-regiões mais dependentes de uma intervenção estatal eficiente, através de políticas públicas voltadas para a eliminação dos efeitos destrutivos decorrentes das adversidades climáticas a que está submetido. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana, relacionados às convulsões sociais, como a fome e desnutrição, desemprego generalizado, migrações intensivas e descontroladas.

Inserido no semiárido, o estado da Paraíba, com solos rasos e subsolo de rochas cristalinas em praticamente 80% de seu território - fato esse que resulta na baixa acumulação de volumes de água no subsolo – tornou-se campeão junto com o estado de Pernambuco em precariedade de oferta hídrica, por disponibilizarem cerca de apenas de 1.440 e 1.320 m³/habitantes/ano, respectivamente, gerando conseqüentemente um alto déficit hidráulico (CARTA MAIOR, 2007).

Na tentativa de suprir esse déficit hidráulico do baixo curso do Rio Paraíba, e atender aos municípios localizados nessa região, no agreste paraibano, foi construída em meados de 2001, a Barragem Argemiro de Figueiredo (Acauã), localizada entre os municípios de Itatuba e Natuba no médio curso do Rio Paraíba, com uma represa em concreto com 53,5 metros de altura e 446 metros de largura, capacidade de armazenamento total de água de 253 milhões de metros cúbicos de água e uma bacia hidráulica de 3.800 hectares. (CORREIA, 2007).



Figura 1 – Barragem de Acauã (lado externo)



Fonte – CORREIA, 2007.

Nesse sentido, levando em consideração que as políticas públicas se apresentam como programas de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico – sendo formado inicialmente por um conjunto de medidas concretas e visíveis, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico no baixo Paraíba através do uso contínuo da água perene oriundo da barragem de Acauã.

METODOLOGIA

A pesquisa empírica se deu através de trabalho de campo, onde foi efetuada visita técnica na Barragem de Acauã, localizada no distrito de Melancia, entre os municípios paraibanos de Itatuba e Natuba. Durante o percurso foram efetuadas entrevistas com moradores ribeirinhos dos municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana. Uma base de dados e imagens foi formada para auxílio da pesquisa, como também o levantamento bibliográfico e documental nas bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), teses e dissertações sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que a água é um bem público, qualquer que seja sua utilização. Segundo Lei Federal, N° 9.433 de 8 de janeiro de 1997, Art.1º, [...] III – em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais, ou seja, a água para abastecimento humano tem prioridade sobre qualquer outro tipo de uso, daí a importância de seu armazenamento. A água para abastecimento humano é necessária para atender às demandas das cidades, vilas, distritos, povoados, nos consumos domésticos, comerciais e públicos. O crescimento da população mundial, aliados as irregularidades climáticas, tem sido responsável pela necessidade de armazenamento de água para atender a necessidade de abastecimento dessa população, seja no campo ou na cidade.

Nesse sentido, a possibilidade concreta de escassez de água doce começa a tornar-se a maior ameaça ao desenvolvimento econômico e à estabilidade mundial nas próximas décadas. A maior parte das águas do planeta se encontra nos mares e oceanos, ou seja, aproximadamente 97,2%



de água salgada. Apenas 2,8% do total das águas do Planeta é doce, dos quais 2,15% se encontra na forma de gelo, e 0,001% na atmosfera. Apenas 0,649% da água doce existentes estão nos continentes, sendo que parte dessa quantia está disponível para o consumo (POPP, 1998, p. 134).

Considerando a distribuição total de água doce existente no Planeta Terra, aproximadamente 79% estão na forma de geleiras, 20% são águas subterrâneas e apenas 1% são águas de superfície acessível (CAMARGO & KRAUSE, 2001, p.23 -26).

A América Latina e em particular o Brasil são privilegiados na distribuição das águas doces no estado líquido, tanto na superfície, quanto nas águas subterrâneas. O Brasil, segundo a Organização Mundial de Saúde, é um país privilegiado em termos de recursos hídricos, pois possui cerca de 12% de toda água doce que existe na superfície do mundo. Porém, a distribuição dessa água no território nacional é altamente desigual, pois 78% desses 12% localizam-se na região Norte do país, região onde vivem cerca de apenas 7% da população brasileira. Enquanto isso, no Nordeste brasileiro, que tem uma população de aproximadamente quarenta e sete milhões de habitantes, o que corresponde a 28% da população brasileira, possui apenas 3,3% dos recursos hídricos do país, dos quais 2/3 estão localizados na bacia do Rio São Francisco (SUASSUNA, 2007).

Nesse sentido, a irregularidade na distribuição das chuvas e a sucessão de períodos prolongados de estiagem constituem os principais problemas naturais do Nordeste brasileiro - a seca - afetando um grande número de sua população, principalmente no Sertão e no Agreste.

Segundo comentário de Celso Furtado no site do Instituto Nacional do Semi-Árido INSA (2007), a seca é uma característica recorrente do clima, diferindo de outros riscos naturais por sua lenta maturação, mas sem a ostensividade das enchentes ou dos terremotos. É o mais complexo e o menos compreendido deles, afetando maior número de populações que qualquer outro. Difere da aridez que é condição absoluta, e seus efeitos vão se acumulando progressivamente, perdurando anos após sua finalização. Ainda segundo comentário de Celso Furtado no site do INSA *op. cit* (2007), na época do Império o governo já usava de políticas públicas como a construção de açudes como forma de combater a seca, tentando garantir a vida produtiva da população e remover desequilíbrios regionais de nosso País.

Portanto, a construção de barragens é uma prática de políticas públicas comum no Brasil, tendo como objetivo buscar o desenvolvimento econômico e industrial do país, com o fornecimento de energia elétrica para as indústrias e os municípios, no caso das Usinas Hidrelétricas; e também o

abastecimento de água para a população em geral, como é o caso da maioria das barragens construídas no Nordeste, principalmente no Estado da Paraíba.

Nesse contexto, o Governo do Estado da Paraíba, visando a implementação de políticas públicas na tentativa de amenizar a problemática de abastecimento de água dos municípios localizados no baixo curso do rio Paraíba, construiu em 2001 a Barragem de Acauã, localizada entre os municípios de Itatuba e Natuba na Mesorregião do Agreste paraibano, com capacidade total de acúmulo de 253.000.000 m³ de água, retida em uma bacia hidráulica (área total de água represada) de 3.800 hectares, e uma represa em concreto com 446 metros de comprimento e 53,5 metros de altitude, e um represamento de aproximadamente 22 quilômetros de extensão (CORREIA, 2007).

A perenização do baixo Paraíba, através da construção da Barragem de Acauã tem sido responsável pela melhoria da sustentabilidade econômica das populações ribeirinhas localizadas a jusante da barragem. Em visita técnica à Acauã, no distrito de Melancia, e durante o percurso dessa localidade até o município e Itabaiana, passando também no município de Salgado de São Félix - ambos localizados às margens do rio Paraíba e a jusante de Acauã - constatou-se a implementação de várias atividades econômicas - abaixo destacamos as atividades de maior relevância econômica - realizadas às margens do Rio Paraíba, em seu baixo curso, e que dependem diretamente de sua perenização.

A pesca merece grande destaque na região do baixo Paraíba. Constatou-se à implantação de um projeto do Governo Federal em convênio com o Governo do Estado, às margens da barragem, chamado Projeto Tilápias. Esse projeto cadastrou pescadores da região, que receberam 200 tanques redes com capacidade para 600 tilápias por tanque. Cada pescador cadastrado tem direito a quatro tanques redes (Figura 23), os quais têm capacidade de produzir em torno de 600 quilos de tilápias por tanque.



Figura 2: Pescadores na Barragem de Acauã

Fonte: Correia, 2007.

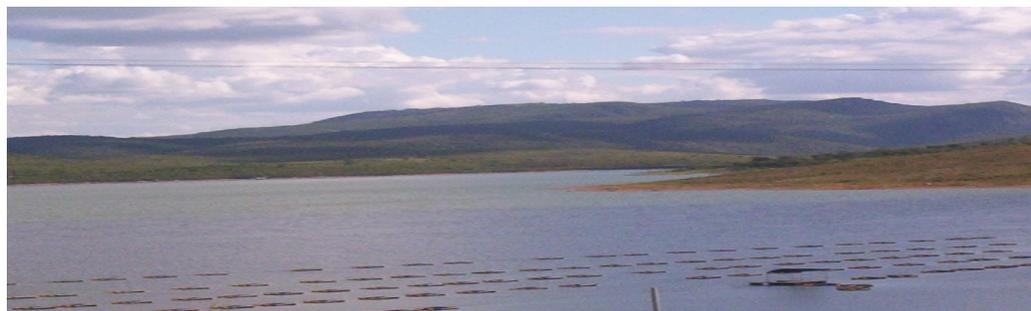


Figura 3: Disposição dos tanques redes em Acauã (Projeto Tilápias)

Fonte: Correia, 2007.

A agricultura familiar tem se destacado como importante atividade econômica da região do baixo curso do rio Paraíba, e depende diretamente das águas do rio. Nas localidades a jusante de Acauã como no distrito de Dois Riachos encontram-se vários minifundiários que irrigam milho e feijão, usados para consumo próprio, caracterizando a agricultura familiar. Inúmeros também são os projetos de irrigação para pequenos proprietários de terra, muitos já em funcionamento, financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e com acompanhamento técnico da EMATER local. A proximidade das fontes produtoras com os centros consumidores permite que os agricultores abasteçam as feiras da região agrestina com produtos de qualidade e preço acessível, aquecendo assim a economia da região.

Outra cultura que surgiu na região do baixo Paraíba com sua perenização, e que se adaptou ao clima da região e a qualidade da água foi à carcinicultura. O “camarão branco” é produzido em grande escala nos municípios de Itabaiana, Pilar, Salgado de São Félix e São Miguel de Itaipu, através de viveiros construídos às margens do rio Paraíba, gerando emprego e renda para a região.



Figura 4: Viveiro de criação de camarão em Itabaiana

Fonte: Correia, 2005.

A pecuária de corte e de leite também tem se destacado economicamente no baixo Paraíba, pois a perenização do rio e a excelente qualidade da água garantem alimentação – através da irrigação - para o gado durante todo o ano, principalmente na época da estiagem.



Figura 5: Plantação de capim irrigado no baixo Paraíba (Itabaiana)

Fonte: Correia, 2007.

Com a construção da barragem de Acauã, surge uma atividade econômica até então desconhecida naquela região, o turismo. Acauã recebe principalmente nos finais de semana, centenas de turistas, vindos em ônibus de excursões ou carros próprios, de toda Paraíba e mesmo de outros estados do Nordeste. Para atender essa demanda de visitantes, se instalaram na área da barragem pequenos restaurantes e bares, que sem dúvida, aquecem a economia local.

Levando em consideração o grande crescimento populacional na região do baixo Paraíba, e conseqüentemente o aumento do consumo de água, destaca-se a importância da Barragem de Acauã, pois a perenização do baixo Paraíba veio a suprir a necessidade de consumo de abastecimento de água das cidades, vilas, distrito e povoados localizados a sua jusante, levando em conta a deficiência que apresentavam quando da falta da água no leito do Rio Paraíba em períodos de secas prolongados, quando trechos do rio chegavam a secar completamente. Sendo assim, Acauã está assegurando além do abastecimento atual, também o abastecimento futuro destes municípios e suas populações.



Figura 6: Represa no Município de Itabaiana – abastecimento de água.

Fonte: Correia, 2005.

Porém, a prática de construção de barragens traz como ponto negativo o desalojamento de milhares de pessoas de suas terras, um enorme número de trabalhadores rurais acabam perdendo suas casas, terras e o seu trabalho, ou então são vítimas de indenizações injustas e desiguais, tendo que ir morar nas periferias das grandes cidades, ou, em alguns casos, até tentam resistir de saírem de suas pequenas propriedades, causando grandes conflitos. Estima-se que 80 milhões de pessoas tenham sido desalojadas em todo o mundo devido à construção de barragens, desestruturando assim comunidades inteiras, que acabam perdendo seus vínculos pessoais e culturais, ou seja, perdendo suas raízes. (MANANCIAIS, 2007).

No caso da construção de Acauã, apesar dos benefícios socioeconômicos trazidos para a região do Baixo Paraíba, não podemos deixar de destacar alguns problemas relacionados à população que morava no local onde hoje está o lago represado pela barragem. Estima-se que 4,5 mil pessoas, cerca de 900 famílias tenham sido desalojadas de suas propriedades, das quais grande parte ainda não recebeu nenhuma indenização, ou foram morar em conjuntos habitacionais com pouca infra-estrutura (MAB, 2007).



Figura 7: Inundação do Distrito de Pedro Velho ocasionado pelo represamento da Barragem de Acauã (2004)

Fonte: MAB – PB, 2007.



Figura 8: Moradores de Pedro Velho recolhendo seus objetos (2004)

Fonte: MAB – PB, 2007.

Nesse sentido, segundo Milton Santos *op. cit* (2007) a relação entre dinheiro e o território revoluciona as relações estabelecidas, altera equilíbrios recentes ou pacientemente adquiridos, desorganizando o cotidiano das pessoas e das instituições locais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, apesar dos transtornos causados com o remanejamento de novecentas famílias para a realização da obra, a construção da Barragem de Acauã proporcionou a perenização do baixo Paraíba, através de sua válvula de dispersão de água permanentemente aberta, suprimindo a necessidade de cidades, distritos, povoados localizados nessa região, levando em conta os



problemas já ocasionados à população pela falta de água no leito do Rio Paraíba em períodos de seca prolongados, em anos anteriores à construção da barragem de Acauã. Municípios como Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Santa Rira (localizada na região metropolitana de João Pessoa), localizados à jusante da Barragem de Acauã, no baixo Paraíba, tem assegurado o abastecimento de água para suas populações, totalizando aproximadamente quinhentos mil pessoas.

Outro aspecto importante a ser observado com a perenização do baixo Paraíba refere-se à intensificação das atividades econômicas realizadas às margens do rio pela população ribeirinha residente à jusante de Acauã, garantindo a sustentabilidade econômica de centenas de famílias, permitindo a melhoria da sua renda familiar. A agricultura familiar, que se destaca como principal atividade econômica dessa região é voltada principalmente para a produção de culturas tradicionais como feijão e milho, e tem se expandido a outras culturas como frutas e legumes, utilizando-se da irrigação permitida pela água perene do rio, sendo essa prática já freqüente na região, assim como a pecuária de corte e de leite. Também o capim em abundância é irrigado e usado na alimentação do gado. O surgimento de novas atividades econômicas como a criação de camarão em viveiros e o turismo surgiram na região após a perenização do rio, com altos investimentos e gerando diversos empregos diretos e indiretos.

Todas essas atividades têm alavancado a economia de ribeirinhos e moradores dos municípios localizados a jusante de Acauã, no baixo curso do Rio Paraíba, além da segurança hídrica com o abastecimento de água constante.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional da Águas. Atlas Nordeste. **Abastecimento Urbano de Água**. Disponível em: <http://parnaíba.ana.gov.br/atlas_nordeste/nw_mun.html> Acesso em: 30/03/2007.

AESA–PB – Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba. **Comitê das Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br>> Acesso em: 22/04/2007

BRASIL. **Lei 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art.1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 18 jul. 2017.



CARTA MAIOR. **O Gerenciamento da Água no Nordeste.** Disponível em: <<http://www.agenciartamaior.com.br>> Acesso em: 30/03/2007.

CAMARGO, Aspásia & KRAUSE, Gustavo. **Escola Nacional de Política: Modulo 3: As Políticas Públicas Municipais.** Instituto Tancredo Neves - Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CORREIA, Joab das Neves. **Barragem Argemiro de Figueiredo:** repercussões socioeconômicas de sua construção. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2007.

INSA – Instituto Nacional do Semi-Árido. **O Semi-Árido.** Disponível em: <<http://www.insa.gov.br/index.php/content/view/338.html>>. Acesso em: 30/03/2007.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Atingidos pela barragem de Acauã exigem desapropriação de terras para reassentamento.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.com.br>>. Acesso em 14/07/2007.

MANANCIAIS. **De Olho nos Mananciais.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.com.br>>. Acesso em 23/07/2007.

POPP, José Henrique. **Geologia Geral.4ªed.** Rio de Janeiro. Livros Técnico e Científicos, 1998.

SUASSUNA, João. **Como Morrer de Sede com Água no Joelho.** Disponível em: <<http://www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br/menu.html>> Acesso em : 28/04/2007.

SANTOS, Milton. Guerra dos lugares. **Disponível em:** <<http://br.geocities.com/madsonpardo/ms/milton.htm>> Acesso em: 20/07/2007

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.